

Energia para além da Pandemia

Por MÓNICA CARNEIRO PACHECO



Sónia
coordenadora da
área de energia
e mudanças
climáticas da CMS
Rui Pena & Arnaut

NA MUDANÇA PARA O NOVO EDIFÍCIO DA CMS-Portugal, na Rua Castilho 50, impus a mim mesma fazer uma arrumação que me libertasse dos papéis que acumulei ao longo de quase 29 anos. Na era da digitalização, acelerada pela Pandemia Covid-19, todos percebemos que é possível trabalhar em casa e, melhor do que isso, apenas com computador e com a legislação necessária à mão.

Nessas arrumações, deparei-me com uma pasta onde guardei diversos artigos de especialistas e *opinion makers* sobre o sector da Energia, escritos entre 2008-2014, os anos da crise económico-financeira e das dívidas soberanas.

Então, como agora, dividiam-se as opiniões sobre o papel das então designadas Energias Alternativas (precisamente por constituírem uma alternativa aos combustíveis fósseis – carvão, petróleo, gás). De um lado, aqueles que defendiam a aposta feita em tais energias (posteriormente redenominadas energias renováveis), para elas olhando como parte da solução e não do problema. Do outro lado, aqueles que atacavam os apoios “à custa dos contribuintes”, ignorando as contas que pagávamos (e que ainda hoje pagamos, embora menos) com a aquisição de combustíveis fósseis que não produzimos. E ignorando, também, que sem subsídios que incentivassem o investimento e permitissem uma mudança do paradigma energético, nunca teríamos chegado onde estamos hoje, apesar das muitas medidas e leis cuja implementação muito prejudicou a dinâmica do sector.

Com a crise actual causada pela Pandemia que parou as economias em todo o mundo, surgem, de novo, diferentes posicionamentos: vozes positivas – representadas, por exemplo, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Eng.º António Guterres, ou pelo nosso Secretário de Estado Adjunto e da Energia Dr. João Galamba – que acreditam que a tão desejada recuperação económica só será possível através da criação de negócios e empregos verdes, da alocação de fundos públicos a projetos sustentáveis e da incorporação dos riscos ambientais e da transição energética no sistema financeiro e empresarial; e vozes negativas que advogam pelo abandono das preocupações ambientais e de transição energética (e dos respetivos acordos), em prol de uma supostamente mais rápida recuperação da economia, das indústrias, da produção e do consumo. Para mim, que me incluo nas vozes mais positivas não tenho dúvida de que, se alguma coisa de bom se pode retirar desta crise

são lições para o futuro, pois tornou-se evidente que não podemos continuar no caminho da destruição ambiental. Por isso mesmo, foi com satisfação que vi a Alemanha e a França aprovarem, no dia 18 de Maio, uma iniciativa na qual reafirmaram o Acordo Verde Europeu como a nova estratégia de crescimento e um plano para uma economia próspera e resiliente a caminho da neutralidade do carbono até 2050. Tratou-se, indiscutivelmente, de um passo importante para calar as vozes dos mais negativos ou dos mais cépticos.

“Fazer da Recuperação da UE um Green Deal” (Pacto Verde), é uma ideia defendida por um grupo alargado de países, entre os quais Portugal, para que os enormes desafios do presente sejam ultrapassados “sem repetir os erros do passado”. É tempo, por isso, de voltar ao caminho certo, aproveitando para retomar projectos que, se não estão esquecidos, parece.

Os fundos que, se tudo correr bem, começarem a chegar da UE ainda no ano de 2020, constituirão, para isso, uma oportunidade única. Mas é indispensável que sejam correctamente encaminhados, geridos e controlados, evitando erros do passado.

Refiro-me, em especial, ao reforço das interligações com Espanha - bem como de tudo quanto possamos fazer para pressionar as interligações com França, já que não existirá um verdadeiro mercado interno ao nível europeu sem essa ligação-, da mobilidade elétrica, da eficiência energética. Não deixar estes temas apenas para o papel e para a diplomacia económica é crucial.

Portugal tem afirmado internacionalmente a sua ambição em matéria de renováveis. O objectivo do Plano Nacional de Energia e Clima é que, em 2030, Portugal produza 80% da sua eletricidade a partir de fontes limpas. Para 2050, a meta é ainda mais ambiciosa: 100% de energia limpa na eletricidade e 90% nos transportes. Sucede que, neste momento, a eletricidade representa cerca de 25% do consumo total de energia em Portugal. Há, portanto muito a fazer. Mas a Energia não é só produção de eletricidade: é também mercados a funcionar e, para isso, é necessário procura; é eficiência energética; é investigação e desenvolvimento em novas formas de armazenamento; é projetos como o do hidrogénio solar que, embora possa suscitar dúvidas, é um importante passo para uma economia verde. O caderno de encargos é vasto. Importa, por isso, por mãos à obra. E, quanto mais rápida e empenhadamente, melhor. ●

(A autora escreve de acordo com o antigo acordo ortográfico)